

Excertos sobre ontologia do oprimido

BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero*. São Paulo: Ática, 1990.

CHABALGOITHY, Diego. A justificativa da Pedagogia do oprimido 50 anos depois: elementos para uma necessária reflexão ontológica. *Revista Artes de Educar*, v. 4, n. 2, p. 228-242, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/38025/26696>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

Quem são os oprimidos de Freire? Qual é sua ontologia?

“A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores” (FREIRE, 2018, p. 41).

“Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (FREIRE, 2018, p. 42-43).

“Para nós, contudo, a questão não está propriamente em explicar às massas, mas em dialogar com elas sobre a sua ação. De qualquer forma, o dever que Lukács reconhece ao partido revolucionário de ‘explicar às massas a sua ação’ coincide com a exigência que fazemos da inserção crítica das massas na sua realidade através da práxis, pelo fato de nenhuma realidade se transformar a si mesma” (FREIRE, 2018, p. 55).

“Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de *Ser Mais*. A reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser do homem” (FREIRE, 2018, p. 72).

“Eu me lembro agora de um texto que li, em 1981, recém chegado do exílio, de uma jovem operária paulista, em que perguntava e, em seguida, respondia: ‘Quem é o povo?’. ‘É quem não pergunta quem é o povo’. Na primeira vez, porém, em que li uma dessas críticas, me impus algumas horas de releitura do livro, contando às vezes em que, no texto todo, falava em classes sociais. Ultrapassei duas dezenas. Não raro, numa só página, falo duas, três vezes de classes sociais. Só que falei de classes sociais não como quem usava um clichê ou como quem se punha temeroso de um possível inspetor ou censor ideológico que me espreitasse e a quem devesse prestar contas. Os autores ou autoras de tais críticas, de modo geral, mesmo que nem sempre explicitassem, se incomodavam centralmente com alguns pontos. A já referida vaguidade do conceito de oprimido como do de povo, a afirmação que faço no livro de que o oprimido, libertando-se, liberta ao opressor, o não haver, como antes sublinhei, declarado que a luta de classes é o motor da história, o tratamento que eu o [sic] indivíduo, sem aceitar reduzi-lo a puro reflexo das estruturas socioeconômicas, o tratamento que dava à consciência, à importância da subjetividade; o papel da conscientização que, na *Pedagogia do oprimido*, supera, em termos de criticidade, o papel a ela atribuído em *Educação como prática da liberdade*; a asserção de que ‘a aderência’ à realidade em que se encontram as grandes massas camponesas da América Latina está a exigir que a consciência de classe oprimida passe, senão antes, pelo menos concomitantemente pela consciência de *homem oprimido*” (FREIRE, 1992, p. 46).

Opressão colonizadora (Memmi – 1957; Biko – 1971; Abdias – 1976):

“A colonização é primeiramente uma exploração político-econômica. Acrescentei, porém, que é de uma relação povo a povo e não classe a classe, que se trata. É isso que constitui, a meu ver, o aspecto específico da opressão colonial” (MEMMI, 2007, p. 17).

“A filosofia da Consciência Negra, portanto, exprime o orgulho grupal e a determinação dos negros em se erguer e conseguir a auto-realização desejada. Na essência desse modo de pensar está a compreensão de que a mente do oprimido é a arma mais poderosa nas mãos do opressor, Uma vez que ela seja manipulada e controlada com eficácia pelo opressor, a ponto de o oprimido acreditar que ele é responsável do homem branco, então nada que ele faça amedrontará realmente os poderosos senhores. Por isso, pensar segundo a linha da Consciência Negra faz com que o negro se considere um ser completo em si mesmo e não como a extensão de uma vassoura ou uma alavanca a mais de qualquer máquina. Ao final desse processo, ele não mais permitirá que tentem aviltá-lo como ser humano. Quando chegar a esse ponto, saberemos que a pessoa real que está dentro do negro está começando a transparecer” (BIKO, 1990, p. 87).

“Com esse contexto em mente, temos de acreditar então que essa é uma questão de *possuir* ou *não possuir*, em que os brancos foram deliberadamente determinados como os que possuem, e os negros os que *não possuem*. Entre os brancos na África do Sul, por exemplo, não existe nenhum trabalhador no sentido clássico, pois até mesmo o trabalhador branco mais oprimido tem muito a perder se o sistema for mudado. No trabalho, várias leis o protegem de uma competição por parte da maioria” (BIKO, 1990, p. 67).

“Devemos então aceitar que uma análise de nossa situação em termos da cor das pessoas desde logo leva em conta o determinante único da ação política – isto é, a cor – ao mesmo tempo que descreve, com justiça, os negros como os únicos trabalhadores reais na África do Sul. Essa análise elimina de imediato todas as sugestões de que algum dia pode haver um relacionamento efetivo entre os verdadeiros trabalhadores, ou seja, os negros, e os trabalhadores brancos privilegiados, já que mostramos que estes últimos são os maiores sustentáculos do sistema. Na verdade o governo permitiu que se

desenvolvesse entre os brancos uma atitude antinegro tão perigosa que ser negro é considerado quase um pecado, e por isso os brancos pobres – que economicamente são os que estão mais próximos dos negros – assumiram uma postura extremamente reacionária em relação a eles, demonstrando a distância existente entre os dois grupos. Assim, o sentimento antinegro mais forte se encontra entre os brancos muito pobres, a quem a teoria de classes convoca para se unirem aos negros na luta pela emancipação. É esse tipo de lógica tortuosa que a abordagem da Consciência Negra procura erradicar” (BIKO, 1990, p. 67).

“A razão e a lógicas dos negros têm outros fundamentos. Adotar a análise marxista aos nossos problemas significa uma contradição fatal: nós os negro-africanos fomos as vítimas do processo capitalista e fomos novamente vítimas daqueles que supostamente combatem o capitalismo na área industrializada do euro-norte-americanismo. A análise de Marx foi induzida da realidade socioeconômica da Inglaterra, nos primórdios da industrialização capitalista. À época em que os africanos estavam sendo caçados como feras em seu continente e trazidos para as plantações de algodão da Louisiana, do Maranhão ou para os canaviais de Cuba, da Bahia ou da Jamaica. Enquanto os operários europeus, não importa a existência ou não da contradição de classes, tinham seus padrões de vida elevados à medida que a exploração industrial capitalista se expandia às custas da opressão e da destituição completa dos africanos. Marx substituiu a categoria humana dos africanos pela categoria econômica. Não aceitamos que uma pura mágica conceitual possa apagar a realidade terrível da opressão dos brancos europeus contra todo continente e sua raça negra” (NASCIMENTO, 1980, p. 170).

“Não só no século passado os trabalhadores negros foram preteridos em benefício dos trabalhadores de origem branco-européia. Isto está acontecendo neste instante em vários setores de trabalho, mas, especialmente, nas fábricas paulistas de automóveis, segundo pesquisa levada a efeito sob a direção do historiador e sociólogo Clóvis Moura. (...) Que eu saiba, nunca houve qualquer solidariedade dos trabalhadores do Rio ou de São Paulo aos negros operários discriminados. O que se pode constatar é o silêncio conivente dos trabalhadores brancos, que desde o século passado se beneficiam com a permanência da massa negra como trabalhadores desclassificados e até mesmo à margem da estrutura de mãos-de-obra” (NASCIMENTO, 1980, p. 171-2).